

CHOQUE EXTERNO POSITIVO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 05/05/91

Uma prioridade para o Brasil, nas suas relações internacionais, é uma maior aproximação política e econômica com os Estados Unidos. O primeiro passo foi dado pelo presidente Bush, quando, em junho de 1990, lançou a Iniciativa das Américas. Naquele momento parece que o presidente americano estava intuindo o fracasso da Rodada Uruguai. Com a recente visita do Presidente Collor aos Estados Unidos, o Brasil, no quadro do Mercosul, responde afinal de uma maneira positiva àquela iniciativa.

Esta prioridade, entretanto, não deve ser confundida com a submissão aos países centrais e particularmente aos Estados Unidos, a partir da crença que basta um bom comportamento da parte do Brasil para que contemos com o seu apoio.

Essa crença traduziu-se recentemente no que vem sendo chamado de estratégia "choque externo positivo". Através de uma forte aproximação com os Estados Unidos e com as agências multilaterais, o governo brasileiro recuperaria sua credibilidade no exterior, e com isto se produziria uma "externalidade positiva" que facilitaria o processo de estabilização e retomada do desenvolvimento do país.

Esta aproximação se realizaria, fundamentalmente, através de uma negociação da dívida externa muito mais "flexível" com os credores, de forma a permitir um rápido acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional.

Não há dúvida que um acordo com os credores e o FMI seria muito útil para o processo de estabilização. É preciso, entretanto, não entender linearmente a necessidade de aproximação com os Estados Unidos e com as agências multilaterais, e acabar assinando um acordo sobre a dívida que não ajude a resolver, mas agrave a crise fiscal brasileira.

Na véspera da mudança de chefia do Ministério da Economia do Brasil prestei um depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado com o objetivo específico de apoiar o acordo provisório firmado pelo Brasil com os bancos comerciais

implicando no pagamento de cerca de um quarto (dois bilhões de dólares) de juros atrasados desde a moratória iniciada em agosto de 1989.

Nesse depoimento procurei demonstrar que o Brasil não tinha outra alternativa senão fazer um recuo estratégico. Dado o apoio que os bancos comerciais obtiveram dos seus governos e particularmente do governo dos Estados Unidos, a alternativa que mais consultava os interesses nacionais era fazer este acordo. Desta forma poderia recuperar minimamente a confiança internacional. Um acordo "stand by" com o FMI contribuiria substancialmente nesse sentido.

O Senado aprovou por ampla maioria o acordo. Aprovou, portanto, um recuo? Sem dúvida. Mas às vezes recuos estratégicos são fundamentais, especialmente se os adversários, no caso os bancos comerciais, forem capazes, naquele momento, de reunir forças extraordinárias.

Mas por que lograram os bancos esse apoio tão forte de seus governos? Por que o FMI recusou-se em 1990 a assinar um acordo com o Brasil apesar de ter aprovado a carta de intenção brasileira? Por que o G-7 tomou a decisão, em sua última reunião, de pressionar o Brasil através das agências multilaterais, a ceder aos bancos? Por que o BID, a partir do voto do representante dos Estados Unidos, recusou um empréstimo ao Brasil?

A razão fundamental está, de um lado, na atitude desnecessariamente agressiva assumida pelo governo brasileiro no seu primeiro ano, de outro, no fracasso do Plano Collor I. Os norte-americanos têm um provérbio: "nothing succeeds like success". O inverso é verdadeiro. O fracasso tem um efeito multiplicador. E o culpado é sempre quem fracassou. Não importa que as estratégias monetaristas equivocadas tenham sido apoiadas pelas agências multilaterais de crédito.

Foi neste quadro no qual os negociadores da dívida externa brasileira, enfraquecidos pela perda de credibilidade do governo a nível nacional e internacional, fecharam este acordo provisório. Trata-se de um bom acordo. Do acordo possível neste momento. Foi provavelmente em função desse quadro que, logo em seguida, em maio, a equipe econômica foi mudada.

A escolha do embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, para assumir o Ministério da Economia, indicou uma clara decisão do Presidente Collor de rever suas relações com o resto do mundo. O problema, agora, é não dar a guinada na direção oposta. Particularmente em relação à dívida, onde as restrições cambiais e fiscais são evidentes, será um erro abandonar o conceito de "capacidade fiscal de pagamento", constituirá ingenuidade fazer excessivas concessões aos credores, com a esperança que, em contra-partida, ocorra um grande fluxo de capitais para o Brasil - investimentos diretos e retorno de capitais - como ocorreu com o México. Este fluxo, de fato, está ocorrendo no México, e está, no plano

cambial, compensando o péssimo acordo sobre a dívida que firmou em 1989. É preciso, entretanto, lembrar que o ajuste fiscal realizado pelo México foi profundo, que a estabilização foi lograda através de um congelamento de preços bem preparado, bem negociado e bem administrado, que as reformas estruturais no México vem sendo profundas, e, finalmente, que o México goza de uma relação privilegiada com os Estados Unidos devido às fronteiras entre os dois países. No Brasil essas condições não estão presentes, de forma que esperar de um "choque positivo externo" o milagre da multiplicação dos pães é um equívoco. Ao invés disto, poderemos ter um aprofundamento da crise, na medida em que nos comprometamos a pagar o que não é possível nem cambial nem fiscalmente fazê-lo.

A integração americana é uma prioridade nas relações internacionais com o Brasil. Esta integração, entretanto, só fará sentido se duas condições forem cumpridas: que internamente nos mostremos capazes de resolver nossos problemas, particularmente a crise fiscal e a reorientação da estratégia de desenvolvimento do Brasil; e que, externamente, sejamos capazes de negociar com competência e sem medo, em função do interesse nacional do Brasil.